

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

EDITAL Nº 2 - TJDFT, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

XLIV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 1 - TJDFT/2022

O Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Desembargador Angelo Canducci Passareli, em razão de erro material, torna pública a retificação dos subitens 6.3.3.1, 6.3.3.3, 7.1.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.3.1, 9.11 e 16.2 do Edital nº 1 - TJDFT, de 24 de novembro de 2022, bem como a dos tópicos de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Empresarial, Noções Gerais de Direito e Formação Humanística, constantes do Anexo II do referido edital.

[...]

6.3 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO PRELIMINAR NO CONCURSO PÚBLICO

[...]Reencaminhar como Aviso ou Extrato de Registro de Preços informando os itens, os preços registrados, por item ou valor global, e a vigência da Ata.(de acordo com o art.15 da Lei 8666/93)

6.3.3.1 A fotografia de que trata o subitem 6.3.3 deste edital será utilizada para cumprir o disposto no inciso III do art. 23 da Resolução CNJ nº 75/2009 e para fins de identificação durante a realização das provas.

[...]

6.3.3.3 O candidato cuja fotografia, por não obedecer às especificações constantes do subitem 6.3.3 deste edital, impeça ou dificulte a sua identificação durante a realização das provas, poderá, a critério do Cebraspe, ser submetido à identificação especial no dia de realização das provas.

[...]

7 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

[...]

7.1.1 O concurso desenvolver-se-á, sucessivamente, em cinco etapas, conforme descrito a seguir.

Etapa	Prova/tipo	Bloco	Área de conhecimento	Forma	Caráter	Peso
		Bloco I	Direito Civil Direito Processual Civil Direito do Consumidor	40 questões	Eliminatório e classificatório	1
		Bloco I	Direito da Criança e do Adolescente Normas locais*	40 questões	Eliminatório e classificatório	1
Primeira etapa	Objetiva seletiva (P ₁)	Bloco II	Direito Constitucional Direito Eleitoral Direito Penal	30 questões	Eliminatório e classificatório	1
Primeira etapa	Objetiva seletiva (P ₁)	Bloco II	Direito Processual Penal Normas locais*	30 questões	Eliminatório e classificatório	1
		Bloco III	Direito Administrativo Direito Ambiental Direito Empresarial Direito Financeiro e Tributário*	30 questões	Eliminatório e classificatório	1
		Bloco III	Noções Gerais de Direito e formação humanística	30 questões	Eliminatório e classificatório	1
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]

(*) As disciplinas inseridas neste edital de retificação já constam do Anexo II do Edital nº 1 - TJDFT, de 24 de novembro de 2022.

9 DA SEGUNDA ETAPA - PROVAS ESCRITAS

[...]

9.2.2 Os redutores previstos nos subitens 9.2 e 9.2.1 deste edital não se aplicam aos candidatos que concorrem às vagas destinadas às pessoas com deficiência e aos candidatos negros, os quais serão convocados para as provas escritas em lista específica, desde que tenham obtido a nota mínima exigida para todos os outros candidatos na prova objetiva seletiva, conforme o subitem 8.13.5 deste edital.

9.2.3 Todos os candidatos empatados na última posição de classificação serão admitidos à segunda etapa (provas escritas), mesmo que ultrapassem o limite previsto nos subitens 9.2 e 9.2.1 deste edital.

9.2.3.1 Os candidatos que se habilitarem às vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos candidatos negros e que alcançarem os patamares estabelecidos nos subitens 9.2 e 9.2.1 deste edital serão convocados para as provas escritas tanto pelas listas geral quanto pelas listas específicas dos candidatos deficiência e(ou) negros.

[...]

9.11 A inobservância do subitem 9.10 deste edital acarretará a automática exclusão do candidato do certame.

[...]

16.2 DA COMISSÃO EXAMINADORA DA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA - PRIMEIRA ETAPA - PROVA OBJETIVA SELETIVA

- Alexandre Vidigal de Oliveira
- Anna Cláudia Fanuck Stein
- Ciro Carvalho Miranda
- Eliane dos Santos Oto de Quadros
- Erico Ferrari Nogueira
- Fernanda Maria Alves Gomes
- Gabriela Jardon Guimaraes de Faria
- Gerlena Maria Santana de Siqueira
- Henrique Tróccoli Júnior
- Hipólito Gadelha Remígio
- Paulo Campanha Santana
- Regis Gurgel do Amaral Jereissati
- Rodrigo Pereira Martins Ribeiro
- Tatiana Nunes Valls
- Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira
- Tiago do Vale
- Wellington Cabral Saraiva
- Zacharias Mustafa Neto

[...]

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

[...]

BLOCO II

DIREITO PENAL: [...] 25 Crimes previstos no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003 e suas alterações). [...] 35 Decreto nº 4.316/2002 (CEDAW). 36 Decreto nº 9.847/2019. [...]

DIREITO PROCESSUAL PENAL: [...] 28 Lei nº 14.344/2022. Decreto nº 4.316/2002. [...] Decreto nº 9.847/2019. [...]

[...]

BLOCO III

DIREITO EMPRESARIAL: [...] 5 [...] Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. [...]

[...]

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA: [...] III ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: [...] 4 Código de Ética da Magistratura Nacional. 5 Sistemas de controle interno e externo do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. 6 Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. 7 Administração Judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão. Princípios de Bangalore. 8 LOMAN. 9 Conteúdo ético da Constituição Federal. 10 Independência e imparcialidade do Juiz. 11 Transparência e atividade judicial. Sigilo profissional. 12 Ética na função judicial e na vida pessoal do juiz. 13 Moral pessoal e Moral social. Inovações e alterações legislativas. [...]

[...]

Des. ANGELO CANDUCCI PASSARELI

